

SERVIDOR

Paloma Savedra



e-mail: paloma.savedra@odia.com.br

Conselho dará sinal verde para estado fazer concurso público na Polícia Civil

Governo pode contratar agentes para reposição de cargos que estão vagos desde setembro de 2017

Sinal verde para o reforço na Secretaria Estadual de Polícia Civil do Rio de Janeiro (SEPOL). Com carência de 60% de efetivo, a instituição agoniza e os agentes pedem contratação urgente de pessoal. O governo fluminense já declarou que pretende abrir concurso para preenchimento de mil vagas. E, questionado pela Coluna, o Conselho de Supervisão da Recuperação Fiscal do Rio afirmou que, sendo comprovadas as vacâncias (por aposentadoria e morte), não há obstáculo para adotar a medida.

Em 30 de janeiro, o governador Wilson Witzel anunciou que o concurso estava a caminho. Mas, na ocasião, foi ressaltado a necessidade de se apresentar ao conselho estado de viabilidade financeira para contratação de cerca de mil policiais civis. Ainda nesse dia, o secretário de Polícia Civil, Marcos Vinícius Braga, indicou que as vagas serão para delegados, agentes e peritos.

Os conselheiros informaram que ainda não receberam o estudo. E frisaram que dispositivos da Lei Complementar 132 de 2017 — que criou o Regime de Recuperação Fiscal dos estados — impedem a realização de

concurso público, “ressaltadas as hipóteses de reposição de vacâncias”. “Se houver vacâncias suficientes para o preenchimento dos cargos, não há óbice para as contratações”, responderam.

Autorização é para a reposição de cargos vagos (em decorrência de aposentadorias ou mortes) a partir da adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal. O acordo com a União foi assinado pelo governo estadual em setembro do ano de 2017.

E, segundo levantamento feito pelo Fundo Unico de Previdência Social do Estado (Rioprevidência) a pedido da Coluna, desde aquela data até janeiro de 2018, foram 513 aposentadorias, como mostra a tabela ao lado.

MENTES 1.800 POLICIAIS

Para a categoria, a seleção para novos policiais precisa ser feita o mais rápido possível. De acordo com dados do Sindicato das Policiais Civis do Rio (Sindpol), a legislação prevê 23.800 cargos somando-se todas as funções, como inspetores, papiloscopistas, oficiais de cartório, perito legista, perito criminal e delegados, entre outras. E, atualmente, o estado conta com cerca de 9 mil agen-

tes na ativa. Vale lembrar que, desse total, 2.500 já poderiam ter se aposentado, mas continuaram trabalhando.

Presidente do Sindpol, Márcio Garcia ponderou que a deficiência de agentes na Polícia Civil afeta todo o trabalho da instituição na prestação de serviços à população.

“As delegacias precisam com urgência de mais policiais civis para as investigações, pois nosso pessoal está adoecendo e se aposentando pela sobrecarga de trabalho”, afirmou Garcia. “Quem também sofre é a população que não merece esse serviço de segurança esvaziado. Esses novos concursos vão atender a uma polícia que pede socorro”, acrescentou Garcia.

Em janeiro deste ano, o governo divulgou a convocação de 81 oficiais de cartório para a Polícia Civil. O grupo se somou aos 110 oficiais que foram chamados pouco antes. Todos foram aprovados no concurso realizado em 2014.

O governador Wilson Witzel vem dizendo que a Segurança Pública é uma das prioridades da sua gestão. Além disso, esse é um entendimento unânime entre os integrantes do Palácio Guanabara.



Agentes da Polícia Civil após ação conjunta com a Coordenadoria de Segurança e Inteligência do MPRI

EXPOSICIONAIS SET/2017 A JAN/2018 - SEPOL	QUANTIDADE
ARTÍFICE	1
AUXILIAR POLICIAL DE NECROPSIA	6
AUXILIAR TÉCNICO MECANOGRÁFO	1
DELEGADO DE POLÍCIA	19
FISCAL DE CAÇA E PESCA	1
INSPECTOR DE POLÍCIA	273
INVESTIGADOR POLICIAL	61
LANTERNEIRO	1
MECÂNICO	1
MECÂNICO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL	1
OFICIAL DE CARTÓRIO POLICIAL	82
PAPILOSCOPISTA POLICIAL	22
PERITO CRIMINAL	11
PERITO LEGISTA	26
TÉCNICO DE PLANEJAMENTO	1
TÉCNICO POLICIAL DE NECROPSIA	6
TOTAL	513

Regras atuais para quem tem abono

Outro tema que preocupa os policiais civis é a Reforma da Previdência. No caso da Secretaria Estadual de Polícia Civil do Rio, a apreensão toma conta dos 2.500 agentes que têm abono de permanência — uma gratificação paga aos servidores que já completaram os requisitos para dar entrada na aposentadoria mas decidiram continuar na ativa.

O presidente do Rioque-

vidência, Sérgio Aureliano, no entanto, já ressaltou que todos os funcionários públicos com o abono não precisam se preocupar: essas pessoas se aposentam com as regras atuais.

“Isso é direito adquirido dos policiais civis e de todos os outros servidores com abono. Não há o que discutir. Até porque se fosse o caso de mudar, os servidores iriam recorrer à Justiça”, declarou Aure-

liano na edição de 27 de fevereiro da Coluna.

Mas o mesmo entendimento não se aplica aos que ainda não preencheram os requisitos para a aposentadoria. “O direito adquirido é diferente da expectativa de direito”, disse Aureliano, deixando claro que as normas eventualmente aprovadas no Congresso se aplicam aos funcionários sem o abono de permanência.